

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E**  
**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**  
**COORDENAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

**URBANIZAÇÃO DA ÁREA REMANESCENTE**  
**DO CAMPUS NOVA IGUAÇU DA UFRRJ**

**1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1 – As planilhas orçamentárias apresentadas pelas empresas licitantes durante julgamento das propostas deverão estar de acordo com a planilha do Edital. Não serão consideradas aquelas que apresentarem serviços incompletos ou quantidades diferentes das apresentadas no Edital. As multiplicações dos quantitativos pelos valores unitários devem ter seus resultados com arredondamento para duas casas decimais.

1.2 – Entende-se que ao participar do certame a empresa vencedora concorda com os preços e materiais indicados em planilha. Portanto, não serão aceitos questionamentos referentes a preços de composições e planilhas após a homologação do resultado da licitação, podendo a contratante aplicar multa por prejuízo ao erário pela não execução dos serviços.

1.3 – É obrigatório o recolhimento por parte da contratada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no início das obras ou serviços, que deverá ser entregue assinada e quitada à Fiscalização.

1.4 – A Coordenação de Projetos de Engenharia e Arquitetura (COPEA) deverá ser comunicada do início das obras ou serviços, que só poderão ser iniciados após o recebimento da Ordem de Serviços, entregue pela COPEA.

1.5 – A execução dos serviços relacionados às instalações elétricas deverá ser conduzida por um profissional legalmente habilitado e autorizado, nos termos da NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, que deverá ser o responsável por conduzir a execução dos serviços de instalações elétricas. Os demais trabalhadores envolvidos na execução das instalações elétricas deverão ser capacitados e autorizados, nos termos da NR-10.

1.6 – As determinações dos quantitativos orçamentários e das medições são baseadas nos critérios adotados pelo SINAPI / CEF ou SICRO / DNIT.

1.9 – Serão rigorosamente obedecidas as normas técnicas, métodos e especificações aprovados ou recomendados pela ABNT e Concessionárias de Serviços Públicos. Serão também obedecidas as instruções dos fabricantes bem como as especificações particulares estabelecidas neste caderno.

1.10 – As obras ou serviços serão executados em conformidade com os elementos técnicos que compõem os projetos e memoriais, com adoção da melhor técnica, e com a utilização de materiais e equipamentos de “primeira qualidade”. Entende-se por “primeira qualidade” a graduação superior quando existirem diferentes graduações de um mesmo produto ou material.

1.11 – Os produtos e materiais especificados só poderão ser substituídos por outros com equivalência técnica, após aprovação da fiscalização.

1.12 – A Contratada deverá utilizar-se de recursos que visem à diminuição do impacto ambiental, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307 (resíduos de construção) e na Instrução Normativa nº 1, IN SLTI/MPOG nº0001/2010, atendendo aos critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. As demais Instruções Normativas também deverão ser observadas pela contratada.

1.13 – Caberá à contratada a elaboração dos projetos executivos ou complementares, conforme exigido, bem como a confirmação das medidas no local das obras ou serviços e a elaboração dos projetos *as built*. Deve-se salientar que os projetos contratados estarão submetidos à aprovação da Administração. Quando for o caso, caberá à contratada providenciar a aprovação dos projetos junto às concessionárias e, no caso dos projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico, também do Corpo de Bombeiros. O pagamento dos projetos somente será realizado após a aprovação das concessionárias e do Corpo de Bombeiros, conforme o caso, e da Administração, bem como da entrega das ARTs/RRTs assinadas e quitadas.

1.15 – Correrão por conta da contratada todas as despesas com a administração do canteiro de obras, as instalações provisórias, a vigilância e limpeza do canteiro.

1.16 – É obrigação da contratada cumprir fielmente sua proposta, de modo que as obras ou serviços se realizem com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

1.17 – A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da UFRRJ relativas à execução das obras ou serviços.

1.18 – É de obrigação da contratada o cumprimento das Normas Regulamentadoras – NR, relativas à segurança e medicina do trabalho.

1.19 – Em decorrência da situação de pandemia da COVID-19, devem ser seguidas as orientações de prevenção ao COVID-19 nos canteiros de obras, indicadas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) ou pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON), assim como pelo Comitê de Acompanhamento do Coronavírus (COVID 19) na UFRRJ, tais como:

- A empresa deve fornecer lavatórios com água, sabão e papel toalha, além de sanitizantes como álcool 70% e orientar os trabalhadores sobre o seu uso;
- Realização periódica de DDS – Diálogos Diários de Segurança abordando temas voltados à pandemia do CORONAVÍRUS;
- Os terceirizados que trabalhem na obra devem seguir os procedimentos de segurança da instituição.
- Os ambientes de trabalho que não estão a céu aberto, devem ser mantidos ventilados, com a retirada de barreiras que impeçam a circulação de ar, observadas as normas de segurança.
- Utilização de máscaras pelos trabalhadores e fornecedores.
- Distribuição de material educativo na obra.
- Se possível distribuir kits individuais de higiene.
- Caso seja necessário fazer reuniões, fazê-las ao ar livre e mantendo a distância social de 2 m.
- Manter o distanciamento social de 2 m nas frentes de serviços, nos ambientes fechados e nos intervalos de trabalho.
- Todas as ferramentas, máquinas, materiais e equipamentos de uso manual devem ser individualizados e constantemente limpos e higienizados, antes e após a execução dos trabalhos.
- Deve ser restrita a entrada e circulação de pessoas que não trabalham no canteiro de obras, especialmente fornecedores de materiais, que, caso necessário, deve ser restrita ao ambiente delimitado para descarga e deve durar o menor tempo possível. A essas pessoas devem ser oferecidas condições para a higienização das mãos, com água e sabão ou álcool 70%, antes de adentrar a área de descarga.

1.20 – Os empregados em serviço nas dependências da UFRRJ terão vínculo empregatício exclusivamente com a empresa contratada, sendo esta a única responsável

pela segurança do trabalho, pagamento de seus salários e recolhimento de todos os encargos sociais, obrigações e tributos pertinentes, bem como pelas consequências de qualquer acidente de que possam vir a ser vítimas.

1.21 – As obras ou serviços serão executados em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 17h00min.

1.22 – Solicitação de atividades em dias e horários diferentes dos citados anteriormente deverá ser apresentada formalmente à COPEA. A solicitação poderá ser deferida ou não.

1.23 – Os serviços que dependerem do desligamento da subestação deverão ser comunicados e agendados com a fiscalização por escrito, com antecedência de 3 (três) dias úteis.

1.24 – A contratada deverá manter na administração do canteiro de obras o diário de obras (em três vias) e as cópias das carteiras de trabalho e identidade dos seus funcionários e terceirizados/subcontratados, quando for permitido pela fiscalização este tipo de prestação de serviços.

1.25 – A retirada de materiais ou de entulho do canteiro de obras deverá ser precedida de comunicação formal à Fiscalização, com a apresentação de documento descrevendo os materiais a serem retirados, a placa do veículo utilizado para seu transporte, a identificação do motorista, com a assinatura do mesmo, bem como do preposto ou responsável da empresa contratada.

1.26 – A retirada dos contêineres do canteiro de obras deverá ser precedida de comunicação formal à Fiscalização, com a apresentação de documento informando a quantidade de contêineres, a placa do veículo utilizado para seu transporte, a identificação do motorista, com a assinatura do mesmo, bem como do preposto ou responsável da empresa contratada.

1.27 – As quantidades na planilha orçamentária podem variar para mais ou menos. Os pagamentos serão efetuados em favor da contratada mediante o atesto da nota fiscal e da planilha de medição por parte de 2 membros da Comissão de Fiscalização, sendo obrigatoriamente um deles o representante da Coordenação de Projetos de Engenharia e Arquitetura na Comissão. Quando da inexistência de Comissão de Fiscalização, o atesto será feito por representante da Administração ou dos Institutos e por profissional da Coordenação de Projetos de Engenharia e Arquitetura. O pagamento das medições será efetuado de acordo com o levantamento dos serviços realmente executados.

1.28 – Quando aprovados os serviços a serem medidos, deverá ser entregue, junto com a nota fiscal, a planilha referente aos serviços que compõem a nota, a lista de materiais

referente aos serviços apresentados na medição (informando quantidades, descrição e valor, em conformidade com o apresentado na nota fiscal), relatório fotográfico com o resumo das atividades relacionadas, memória de cálculo dos serviços executados, cópia do diário de obras relativo ao período da medição, cronograma atualizado dos serviços restantes para o prazo definido em contrato, documentação referente aos encargos sociais recolhidos no período da medição, além dos demais documentos comprobatórios.

1.29 – A aceitação dos serviços será feita após a vistoria de cada etapa, em conformidade com o memorial descritivo e projetos. A contratada deverá comunicar a fiscalização o término dos serviços e participar da vistoria das obras e instalações. Na hipótese de verificação de pendências, será realizado um relatório de pendências que deverá ser corrigida de imediato. Depois de sanadas as irregularidades, deverá a contratada solicitar nova vistoria.

1.32 – A medição final não poderá ser inferior a 10% do valor contratual, só devendo ser liberada após a conclusão das obras ou serviços.

Copea, 23/08/2022



---

Emitido em 15/09/2022

**DISPOSIÇÕES GERAIS Nº 2/2022 - COPEA (12.28.01.00.07)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 19/09/2022 09:57 )*

DANIELLA ANTUNES RANGEL

ARQUITETO E URBANISTA

NUPARQ (12.28.01.00.03)

Matrícula: 1653288

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 2  
, ano: 2022, tipo: DISPOSIÇÕES GERAIS, data de emissão: 15/09/2022 e o código de verificação: 04ce21aa78